

Notas e informações

Luta que começa cedo demais

Antes do que esperava, o vice-presidente José Sarney começa a descobrir que o exercício do poder, mesmo interino, não só implica definições importantes como gera incompatibilidades de ordem pessoal. Não se pode agradar a Deus e ao diabo ao mesmo tempo. Nem por longo tempo, acrescentaríamos, pois Deus e o diabo sabem distinguir o sentido profundo das ações. Antes do dia 12, quando pretende reunir o Ministério e dar ordens para que o Executivo comece a trabalhar, o vice-presidente deverá escolher entre duas políticas: uma, de austeridade e retomada do desenvolvimento se e quando possível, outra, de alegado cunho social, inflacionária e populista. A austeridade privilegia o combate à inflação e o respeito à moeda; o populismo acaba, ao fim e ao cabo, favorecendo a inflação, mediante emissões que podem granjear popularidade durante algum tempo — curto, aliás.

Fiel a si próprio, o vice-presidente não terá dificuldade em escolher entre essas duas políticas, que encontram seus paladinos no Executivo. Se s. exa. deseja permanecer fiel às diretrizes do presidente eleito Tancredo Neves, não há por que abandonar o caminho da austeridade e enveredar pelo do populismo e dos gastos financiados por emissões. No seu pronunciamento ao Ministério, o dr. Tancredo Neves foi claro e preciso: não gastar, não fazer planos de emergência, não dividir o Ministério entre os que gastam e os que economizam. Por que, menos de um mês depois da posse do novo governo, mudar essas diretrizes?

A rigor, poder-se-ia pensar que aqueles que pretendem enveredar pela política distributivista, ou populista, desejam a todo custo demonstrar à população sofrida que as coisas se passarão de modo diverso do passado; que o Executivo está aí para sanar dificuldades e abrir a porta do Éden para os que nele desejam entrar. Essa postura edênica já era entrevista na Copag, a famosa comissão do presidente eleito criou para dar-lhe idéias e sugestões. Os levantamentos que se fizeram, então, conduziram entre outros a um documento intitulado "Subsídios para a ação imediata contra a fome e o desemprego". Então, era fevereiro, e não se sabia em que condições se iria encontrar o Tesouro Nacional. Por isso, foi fácil, examinando tão-somente o documento contábil

chamado Orçamento, nele descobrir a existência de 15 trilhões de cruzeiros, de diferentes fontes. Ali estavam, previstos no documento, enchendo de alegria antecipada os que iriam assumir o poder em março. Finalmente seria possível desmascarar o governo anterior e dizer que ele não fez porque não quis. Ledo engano, porém. Já à época, as autoridades monetárias faziam chegar a quem de direito o aviso aterrador: os 15 trilhões, distribuídos pelo Finsocial, FAS, PIN-Proterra, BNH, Fundec, não existiam — eram mera ficção contábil; os recursos haviam sido drenados para a cobertura do tão condenado mas nunca combatido déficit público. Hoje, há certeza no Ministério da Fazenda de que esses recursos não existem — da mesma maneira que há aqueles que, no Executivo, admitem que os 900 bilhões que se pretende retirar da reserva de contingência para auxiliar os gaúchos igualmente se evaporaram. Em suma, tem-se hoje a certeza de que o vice-presidente Sarney assumiu um governo em que não há dinheiro disponível além daquele que entra, curto, todo dia, mediante a arrecadação de impostos. Nada mais.

No poder há menos de um mês, já se sabe no Ministério da Fazenda que não será possível — a menos que se queira emitir e acelerar a inflação — realizar o famoso plano de cem dias com o qual a Copag esperava conquistar simpatias populares para o governo Tancredo Neves. É difícil compreender a omissão desse fato ao vice-presidente em exercício, ou — se teve ciência disso — sua insistência em querer discutir o plano. Não tendo resolvido ainda os problemas políticos que o cercam nessa interinidade que se vai prolongando mais do que talvez s. exa. pretendesse, estaria o sr. José Sarney disposto a assumir o ônus de acelerar a inflação de tal maneira que ninguém mais poderá contê-la? Se não quer impopularizar-se para todo o sempre, não resta a s. exa. outro caminho senão tomar as providências para afastar no dia 15, ou antes dele, as nuvens que começam a se adensar no horizonte.

A legitimação do seu mandato, o sr. José Sarney não a obterá com a injeção inflacionária de 15 trilhões na economia, com baixo retorno produtivo. Pense-se, a esse respeito, que a base monetária é exatamente de 15 trilhões! A aceleração da infla-

ção decorrente da execução desse plano — perfeito se houvesse os recursos hábeis — apenas comprometerá a imagem do sr. José Sarney perante a população que deseja aquietar. Ou s. exa. desconhece que, dois meses depois do aumento da base monetária (por medidas dessa natureza), os preços começam a disparar?

Na verdade, premido pelo argumento de que se deve fazer alguma coisa diferente da austeridade para assistir os desfavorecidos, o sr. José Sarney será obrigado a escolher entre os dois grupos em que, mais cedo do que se esperava, se dividiu o Ministério escolhido por dr. Tancredo Neves. De um lado, formam os que pregam a austeridade, a contenção e o combate à orgia de gastos das estatais, cedendo embora no episódio do Sulbrasileiro. De outro, estão os que acreditam no social e não querem entender que a defesa da moeda é ponto importante em qualquer política econômica. Esses grupos têm, no Ministério, seus paladinos: o primeiro, o ministro da Fazenda; o segundo, o do Planejamento.

Previam-se que as duas correntes se defrontariam e que dr. Tancredo Neves, coerente com todos seus pronunciamentos, impusesse a austeridade. Agora que ele não está presente, caberá ao sr. José Sarney fazer cumprir sua vontade. Não será tarefa fácil; afinal, são perfeitamente conhecidas as forças políticas que se articulam atrás do sr. Sayad, ancoradas no governo e em parte do *establishment* universitário paulista. São forças poderosas, com grande capacidade de vocalizar suas posições, grande habilidade de envolver os que desejam uma política de austeridade. Pena que o ministro do Planejamento esteja servindo de instrumento delas nas manobras para convencer o vice-presidente em exercício a dar a primeira guinada que levará as finanças brasileiras ao desastre.

São duas concepções da economia e da política que se defrontam nesse episódio do plano de emergência. Do triunfo de uma delas dependerá o futuro da economia e da política no Brasil. É lamentável que a luta tenha começado cedo demais, num momento em que dr. Tancredo Neves não tem condições de arbitrá-la. Será mera coincidência, ou jogo calculado para criar embaraços ao vice-presidente e enfraquecer a posição do ministro da Fazenda?